

**A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO
NA AMÉRICA LATINA PELO ACESSO À EDUCAÇÃO:
UMA QUESTÃO DE AUTONOMIA¹**

**LA LUCHA DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES EN
EL CAMPO EN AMERICA LATINA PARA EL ACCESO A
LA EDUCACIÓN: UNA CUESTIÓN DE LA AUTONOMIA**

Alexandre Peixoto Faria Nogueira²
alexandrepfn@gmail.com

RESUMO

Os movimentos sociais latino-americanos se organizam com objetivo de construir novos territórios e neles suas territorialidades combatendo o avanço do grande capital. Temos como objetivo analisar a educação desenvolvida por estes, em especial o MST e o EZLN e sua relação com o Estado, ou seja, a relação da autonomia entre eles e como essa relação influencia na construção de uma educação voltada para a emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina, MST, EZLN.

RESUMEN

Los movimientos sociales en América Latina se organizan con el objetivo de construir su nuevo territorio y las suas territorialidades luchando contra el avance del gran capital. Tenemos el objetivo analizar la educación desarrollado por estos, em particular el MST y el EZLN y su relación com el Estado, es decir, la relación de la autonomía entre ellos y la forma em que La relación influye en la construcción de una educación orientada a la emancipación humana

PALABRAS CLAVE: Latinoamerica, MST, EZLN.

¹ Esse texto é parte da proposta de doutoramento que pretendemos desenvolver no ano de 2012, que tem por objetivo primeiro analisar os mecanismos/instrumentos do Estado e do grande capital na manutenção do desigual acesso à educação no campo em Brasil e México.

² Professor Ms. do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III; Coordenador do Grupo de Estudo Marxismo e Geografia: www.paratodostudo.blogspot.com ; e membro do Centro de Estudo Geografia do Trabalho – CEGeT/PB.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar a educação posta no campo na América Latina pelos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Brasil e o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) – México e sua relação com o Estado, ou seja, a relação da autonomia entre eles e até que ponto essa relação influencia na construção de uma educação voltada para a emancipação humana. Para tanto, compreenderemos as causas da emergência dos movimentos sociais na América Latina partindo do caso dos movimentos em questão, no Brasil e no México no bojo do desenvolvimento do capitalismo em sua fase neoliberal.

Na década de 1990, diferentes movimentos sociais emergiram no cenário político da América Latina. A maioria desses movimentos já existia antes dessa década, no entanto, foi nesse período que ganharam mais visibilidade devido suas ações e reivindicações, ficando conhecidos internacionalmente. Dentre estes, destacam-se o EZLN e o MST.

As causas que fizeram surgir os movimentos sociais latino-americanos são múltiplas, no entanto, podemos destacar o desenvolvimento da política neoliberal e seus rebatimentos nos países da América Latina como fator decisivo para a emergência desses movimentos.

Dentre as críticas feitas ao capitalismo neoliberal, os movimentos denunciam os tratados de livre comércio e a ingerência dos organismos multilaterais sobre as políticas governamentais, além disso, eles declaram-se antiimperialistas, defendem Estados plurinacionais que reconheçam sua autodeterminação e seus direitos coletivos, demandam a participação em assembléias constituintes, cujos representantes não seriam escolhidos via partidos ou eleições tradicionais (ALMEIDA, 2006/7, p.75). Assim, os movimentos latino-americanos se originam ou se amplificam num contexto de crise do capital, no seio de sistemas políticos excludentes e de degeneração de instituições políticas tradicionais, partidos e sindicatos marcados pela corrupção, por práticas autoritárias e pela incapacidade de representar as demandas sociais que emergem nesse novo contexto histórico e pela própria mudança no mundo do trabalho.

Analisar a emergência dos movimentos sociais na América Latina, em sua maioria, é vinculá-los com as questões estruturais políticas e econômicas. No entanto, segundo Sader (1988), limitar a emergência dos movimentos sociais às questões estruturais, ou seja, como uma resposta às contradições da sociedade do capital é dar um caráter reducionista a causas de tais emergências, pois estaria desconsiderando a relação dos aspectos subjetivos,

simbólicos e culturais dos sujeitos sociais com o mundo concreto com as questões objetivas da existência. Segundo o autor:

Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais a características 'estruturais', só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão dos fenômenos. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado (SADER, 1988:38)

No entanto, o caráter reducionista, segundo Tramontani Ramos (2003), também se opera uma vez que toda a multiplicidade e diversidade dos processos sociais fiquem circunscritos aos aspectos simbólicos, subjetivos e culturais. A construção da identidade, dos aspectos simbólicos são analisados quase que de forma independente das condições objetivas, como se eles, por si só, pudessem elucidar o processo da emergência dos movimentos sociais.

Nesse sentido, para compreender a emergência dos movimentos sociais, suas lutas e o protagonismo dos sujeitos que o compõe, é necessário a superação da dicotomia, ou melhor, a falsa dicotomia existente entre os sujeitos e estrutura, entre condições objetivas e subjetivas, assim, a construção do mundo social se dá nessa relação indissociável entre o concreto e o simbólico (TRAMONTANI RAMOS, 2003).

A emergência política desses sujeitos organizados em movimentos sociais que protagonizam, hoje, conflitos territoriais na América Latina, nos leva a considerar as distintas territorialidades que emergem das suas lutas como componentes fundamentais das dinâmicas espaciais/geográficas em curso no nosso continente. Nesse sentido, compreender a atuação desses movimentos significa compreender a sua dinâmica territorial o que nos coloca ante a análise das diferentes relações de poder e dos conflitos por território entre essas organizações de classe, o Estado e os representantes do grande capital.

AMÉRICA LATINA E SUAS PROPOSTAS REGIONAIS: UM CENÁRIO DE CONFLITUALIDADES

A América Latina como campo de estudo da geografia se destaca, como não poderia deixar de ser, a partir da análise sócio-histórica do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Na sua formação sócio-espacial a conflitualidade básica do processo moderno-colonial, onde a autonomia, os territórios, a economia, a cultura e a

política dos povos originários latino-americanos foram desarticulados, dando lugar a uma nova ordem sócio-espacial hegemônica imposta pelo colonizador: a cidade comandando uma rede urbana, a partir de onde se organizam latifúndios produtivos e a exploração predatória da natureza, tudo calcado na propriedade privada e na necessidade/desejo de acumulação de capital (TRAMONTANI RAMOS, 2003).

É nesse sentido, que os movimentos sociais latino-americanos, em especial o EZLN e o MST, se organizam com objetivo de construir novos territórios e neles suas territorialidades³ combatendo o avanço do capital no campo a partir da sua diferença, apropriada cruelmente pela ideologia capitalista hegemônica como desigualdade, mas resignificada pelos camponeses, indígenas, desempregados e trabalhadores rurais como identidades políticas do trabalho social.

Segundo Gomes (2004), o relacionamento dos países latino-americanos passa, obrigatoriamente, pelos organismos regionais e sub-regionais que proliferam no continente, tais como o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) criada em 1947, a Organização dos Estados Americanos (OEA) criada em 1948, a Comissão Económica para a América Latina (CEPAL) esta assessorada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Dentre esses organismos podemos separá-los em dois principais grupos. O primeiro com interesse primeiro de defender os ideais capitalistas e garantir a influencia norte-americana nos demais países do bloco, aqui enquadra-se o TIAR e a OEA, onde o primeiro trata de um Pacto de Defesa Regional que multilateraliza, pela primeira vez, a Doutrina Monroe ao adotar o princípio da "não intervenção", defendido pelo conjunto dos Estados latino-americanos. Ele estabeleceu a unidade Interamericana contra o "inimigo comum" e com a OEA, verificamos o aprofundamento da postura anti-comunista. Foi adotada a fórmula da "segurança coletiva". Entre os princípios adotados, encontram-se a "solução pacífica de conflitos", e a "cooperação política" entre as partes (GOMES, 2004). Vale ressaltar que fazem parte desse organismo as 21 repúblicas americanas, menos Cuba, que foi excluída do Sistema Internacional desde 1962, com a revolução socialista cubana.

Já o segundo grupo destaca-se pela formação da CEPAL, que criava condições para o processo de integração como opção contrária ao panamericanismo (que incluía os EUA).

³ Compreendemos a territorialidade de acordo com Sack (1986) que é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. É uma estratégia de poder e manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador. A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle. Assim, Territorialidade significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território.

A CEPAL criou diversos mecanismos para garantir e fortalecer a integração entre os países latino-americanos, como o Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-americano⁴.

Todo esse processo de integração latino-americana se perpetua ao longo dos anos. Na década de 1980, após a redemocratização dos países a América do Sul, a questão da integração entre os países norteava-se em torno do debate sobre as suas dívidas externas e a impossibilidade de pagá-las e como estas contribuem para a dependência diante da economia norte-americana. No início dos anos de 1990 retoma-se, com mais força, a questão da integração regional, com a criação do Mercado Comum do Caribe (MCC) em 1992, da evolução do Pacto Andino para a Comunidade Andina e principalmente com a criação, em 1991, do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Segundo Gomes:

Politicamente a assinatura deste instrumento significou um passo para a superação da histórica rivalidade entre os dois gigantes Brasil e Argentina. O peso econômico deste espaço e a vontade política das partes de diversificar e equilibrar as suas relações econômicas exteriores com os EUA, a Europa, a Ásia, a África e a própria América Latina, fizeram com que o MERCOSUL surgisse como o pólo mais importante de desenvolvimento econômico e comercial latino-americano (2004, p.3).

Todas essas propostas de regionalismo, de integração entre os países da América Latina, deixam claro qual o verdadeiro caráter desses organismos multilaterais, onde o caráter econômico de mercado se enfatiza diante as divergentes questões sociais vivenciadas pelos países latino-americanos, onde a exclusão, a miséria e a desigualdade prevalecem nos interesses políticos governamentais. É nesse cenário de esquecimento, de exclusão como política oficial dos Estados que emergem os diferentes Movimentos Sociais, com a proposta de construir uma sociedade latino-americana para além dos blocos, dos organismos institucionais de integração.

⁴ O Grupo de Trabalho do Mercado Regional Latino-americano teve um importante papel na tentativa de integração, destacando a questão econômica, dos países do bloco, a partir da criação da Associação Latino-americana para o Livre Comércio (ALALC), que posteriormente receberá o nome de Associação Latino-americana de Integração (ALADI), em 1980 (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). Criou-se com o propósito de impulsionar a liberalização comercial intra-regional. Entre os vários programas de integração sub-regional, destacam-se o Mercado Comum Centro-americano (MCCA) criado após a ratificação dum Tratado de Integração Económica em 1960, por Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua, e mais tarde pelo Panamá. A Associação de Livre Comércio do Caribe (CARIFTA), posteriormente ampliada e fortalecida sob o nome de Comunidade do Caribe (CARICOM), a partir de 1973(GOMES, 2004).

UM FENÔMENO DE INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANO: OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Como dito em linhas anteriores, as causas onde se encontram a origem e/ou emergência dos movimentos sociais na América Latina são diversas, no entanto, essa diversidade de causas reflete-se em um elemento de homogeneidade entre os países, pois todos configuram um processo excludente da classe trabalhadora, este necessário para a própria manutenção do modo capitalista de produção.

É nesse contexto histórico-espacial de exploração latino-americano e de contestação ao modelo de desenvolvimento que surgem, segundo Nogueira (2009), “novos” sujeitos sociais no cenário político da América Latina, como é o caso do movimento indígena.

Entre todas essas causas destacamos a fase neoliberal do capitalismo que, segundo Quijano, “as três décadas de neoliberalismo na América Latina criaram as condições, as necessidades e os sujeitos sociais de um horizonte de conflitos sociais e políticos” (2004, p.82). Dentre esses movimentos, destacamos o caso mexicano dos zapatistas em Chiapas⁵, onde em 1º de Janeiro de 1994, com a vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), insurgiram-se e tomaram a sede de *San Cristóbal de Las Casas*, **tornando-se mundialmente conhecidos. O levante foi protagonizado pelo EZLN, braço armado da Frente de Libertação Nacional** formada essencialmente por indígenas. Esse movimento contradiz a visão de Mariátegui⁶ (1928), segundo a qual afirma que no México:

⁵ O conflito social em Chiapas é multidimensional e multicausal. Tem uma dimensão nacional, ainda que relacionada à luta contra a globalização neoliberal; e política, ainda que não se proponha a tomar o poder. Suas demandas vão além das reivindicações de direitos indígenas (cuja incorporação está relacionada às carências e marginalização à que essa população foi historicamente submetida). Compreendem a luta pela transformação do Estado e da sociedade, por meio da constituição de estruturas de representação política e de exercício de governo alternativos (GÁNDARA, 2004). Assim, o zapatismo não busca tomar o poder central, mas constituir territórios autônomos em relação a ele. Esses territórios, administrados por instâncias próprias (os *Caracoles*), distintas das estruturas oficiais, contam também com seu próprio exército. Porém, o zapatismo tem uma autonomia limitada, porque abrange uma parte muito pequena do país e não impede que o poder central refreie, política e militarmente, os avanços zapatistas (LEMOINE, 2007).

⁶ Para Mariátegui indigenismo é interpretado como um problema econômico-social, se contrapondo às teorias “... que consideram a questão com um destes critérios unilaterais e exclusivos: administrativo, jurídico, étnico, moral, educacional, eclesiástico” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 37). Com o entendimento da questão dos indígenas, Mariátegui (1982) propõe um plano de ação que inclui a luta pela terra, a organização e o armamento de camponeses e operários de forma independente e coordenada, além da revogação das leis onerosas a índios e negros. Na sua visão, essa mobilização deveria alcançar sindicatos e movimentos urbanos, superando todo o processo de exclusão política que as comunidades indígenas sofreram durante séculos. No entanto, deixa claro que se o intercâmbio com outros setores é importante, a solução do problema deve vir dos próprios índios.

...não existe animosidade em relação ao índio. A percentagem de índios puros é tão forte, e, principalmente a mestiçagem é tão ampla, que as características raciais indígenas são características nacionais. (...) o índio não encontra as resistências espirituais ou materiais que, da parte de outras nações, pesam sobre ele (p.26).

A despeito da imagem de plena integração e de políticas avançadas com relação aos índios, principalmente após a revolução mexicana zapatista de 1910 que criou uma constituição voltada para os interesses da comunidade indígena campesina, o México tornou-se referência política, no período em que perdurou a revolução, no que diz respeito a relação política com os povos indígenas. Na atualidade isso não é mais verdade, tendo em conta que a constituição mexicana apresenta graves atrasos no reconhecimento dos povos indígenas. Posteriormente a algumas reformas neoliberais realizadas na década de 1990, esses povos sofrem no campo uma situação de extrema opressão, miséria e discriminação. Logo, sua insurreição foi um grito de basta e de denúncia dessas contradições.

A luta travada pelo EZLN trata-se de resgate da identidade e da autonomia, pela dignidade, que passa pela “recuperação e defesa da cultura, do fortalecimento da luta pelos direitos humanos individuais e coletivos, assim como pela geração de novas formas democráticas de participação nos assuntos públicos” (GÁNDARA, 2004, p. 104).

No Brasil, como resistência ao avanço do capital, às relações de trabalho postas no campo e às diferentes formas de dominação e exploração, aqui destacamos a questão ideológica pelo viés da educação formal, diversos movimentos sociais de trabalhadores organizam-se e lutam para conquistar seus territórios, construídos em tensão permanente com o território do capital. Dentre estes movimentos destaca o MST.

A composição social do MST inclui desempregados urbanos e trabalhadores informais, bem como camponeses expulsos de suas terras. Com efeito, a política neoliberal bloqueia as possibilidades de acomodar os ex-camponeses e assalariados rurais nas cidades. Impossibilitados de encontrar um emprego, mesmo que no setor informal, estes se juntam ao MST. O mesmo acontece com os desempregados urbanos, ao verem negadas as oportunidades de se reintegrar à empresa ou de serem *requalificados* e transferidos a uma outra ocupação. Nesse sentido, as consequências das políticas neoliberais, no campo e nas cidades acabam fornecendo uma base social para a expansão do MST (COLETTI, 2002), ampliando, assim, a luta e, conseqüentemente, a conquista e construção de novos territórios, os assentamentos rurais de reforma agrária.

A emergência política desses sujeitos organizados em movimentos sociais que protagonizam hoje conflitos territoriais na América Latina nos leva a considerar as distintas territorialidades que emergem das suas lutas como componentes fundamentais das dinâmicas espaciais/geográficas em curso no nosso continente. Nesse sentido, compreender a atuação desses movimentos significa compreender a sua dinâmica territorial o que nos coloca ante a análise das diferentes relações de poder e dos conflitos por território entre essas organizações de classe, o Estado e os representantes do grande capital.

Levando em consideração o entendimento de Sack (1986) sobre a questão de territorialidade, destacamos o papel da educação, foco de nossa análise, como um importante instrumento que pode vir a ser utilizado pelos movimentos sociais em questão como estratégia de controle dos seus respectivos territórios, os Caracoles⁷ (territórios zapatistas) e os assentamentos rurais (territórios do MST). Assim, a educação, sendo considerada como uma territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle por parte dos movimentos sociais em seus respectivos territórios.

A EDUCAÇÃO DO EZLN E DO MST: UMA QUESTÃO DE AUTONOMIA?

Partimos do princípio de que a educação proposta tanto pelo EZLN, quanto pelo MST, refletem suas respectivas ideologias e suas lutas contra a hegemonia do capital expondo, assim, as contradições desse sistema. Segundo Mendes (2003) os dois movimentos possuem diferentes projetos pedagógicos e se colocam como contraposição ao projeto norteador das políticas internacionais portadoras de uma unicidade que se

⁷ Dentro dos limites territoriais do estado de Chiapas, em agosto de 2003, o EZLN decretou a criação da “*Junta de Buen Gobierno*” nas cinco zonas territoriais sobre seu controle, as quais viriam a chamar de “Caracoles”, paralelamente, declarando o fim dos *Aguascalientes* (Centros de expansão política e cultural criados em 08 de agosto de 1994. Poucos meses depois da aparição pública do EZLN) (BURCH, 2003). Em agosto de 2003 foram inaugurados no México “los Caracoles”, que física e simbolicamente representam o território e as territorialidades dos povos indígenas de Chiapas, sob a bandeira do EZLN, em prol de suas autonomias. Os “Caracoles”, agrupamentos solidários de municípios autônomos, não estão ao abrigo dos marcos legais mexicanos, eles são instituições paralelas, são “municípios autônomos rebeldes”. Como afirma Casanova (2003), é uma forma de estruturar o poder procurando caminhos alternativos ao Estado e mercado, tendo consciência das limitações e possibilidades que o projeto tem, mas juntando forças contra a força do mercado e a colonização mercantil da vida. Em 2003 a foram criados cinco “caracoles” agrupando 27 municípios: a) Caracol de la Realidad: quatro municípios agrupados; b) Caracol de Morella: seis municípios; c) Caracol de la Garrucha: quatro municípios; d) Caracol Roberto Barrios: sete municípios; e) Caracol de Oventic: sete municípios. Um município (Francisco Villa) foi dividido e agrupado em dois Caracoles. Todos os Caracoles são contíguos em Chiapas, sul do México (CAROLINA, 2005).

confronta com a destes movimentos que, coerentemente contraditório, manifesta-se em sua diversidade cultural, expressão da própria base social que possibilita sua emergência.

Podemos considerar como um elemento importante na construção das propostas de uma educação autônoma e diferenciada dos movimentos em questão a tentativa de superar o discurso elaborado e defendido pelo Programa de Promoção e Reforma Educativa na América Latina (PREAL), que tem em sua essência o caráter economicista da educação, relacionando-a apenas com a produtividade e a competitividade, o que impossibilita que a educação tenha uma relação próxima com as questões sociais estabelecidas a partir da própria contradição gerada pelo capital.

Concomitantemente ao próprio desenvolvimento dos movimentos houve uma preocupação na formação dos camponeses/indígenas e a necessidade de criar espaços de sociabilidades culturais, educacionais etc. com o objetivo de fortalecer a luta e resistência desses sujeitos sociais. Assim, a educação passou a ser um dos instrumentos de luta mais importantes dos movimentos sociais, pois, passou a interferir de forma direta, no processo de conscientização dos camponeses/indígenas.

É com essa perspectiva que o EZLN cria o Sistema Educativo Rebelde Autônomo de Chiapas (SERAZ), os zapatistas, além do SERAZ, também possuem em sua organização educativa o Conselho Geral de Educação, que tem por objetivo principal orientar os programas estudados nas escolas autônomas zapatistas. Vale destacar que o programa de ensino das escolas autônomas zapatistas não se vincula com a política oficial do Estado mexicano da educação. Outro ponto de destaque é que, de acordo com o Subcomandante Insurgente Marcus (2003), nas terras em que não havia escolas, e muito menos professores, os Conselhos Autônomos, com o apoio das "sociedades civis", construíram escolas, capacitaram promotores de educação e, em alguns casos, até criaram seus próprios conteúdos educativos e pedagógicos. Manuais de alfabetização e livros de texto são preparados pelos "comitês de educação" e por promotores, acompanhados pelas "sociedades civis" que entendem destes assuntos.

Assim como no EZLN, o MST tenta construir um projeto educacional diferenciado. Assim como os zapatistas, o MST também possui uma estrutura organizativa de educação, ou seja, um Setor de Educação, o qual já conseguiu envolver mais de 38 mil estudantes e aproximadamente 1500 professores (Mendes, 2003). A organização do Setor de Educação do MST se dá pelo Coletivo Nacional de Educação. Partindo das demandas se discute qual será a linha de ação e quais serão os encaminhamentos, sendo que essas discussões ocorrem pelo menos três vezes durante o ano.

É no sentido de superar a política de reprodução das relações do capital e da sua hegemonia que os projetos das escolas autônomas dos movimentos se inserem na perspectiva de buscar os direitos dos indígenas e dos camponeses. A educação é vista como uma forma de conscientização popular e mais do que isso, meio para a construção de novas formas de relações sociais (MENDES, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Experiências de uma prática educativa diferenciada para além da reprodução das relações de produção hegemônicas, como é o caso do EZLN e do MST representam um campo de possibilidades de contra-hegemonia. Podemos afirmar que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados (MÉSZÁROS, 2008). Assim, compreender a educação como algo isento às relações sociais significa neutralizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, se torna inviável compreender a educação fora do seu contexto social. É necessário analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social (ORSO, 2008).

Os movimentos sociais aqui relacionados levantam um debate, colocando-o na prática a função social da educação. Percebemos que há uma questão mais ampla, que é a visão desses movimentos sociais sobre o papel das comunidades, acampamentos e assentamentos, assim como o que a educação deve gerar nesses espaços, ou seja, sua finalidade ou sua filosofia de ação. Neste sentido, buscam resgatar o sentido mais amplo da educação, colocada aqui não apenas no espaço em que se reflete sobre o conhecimento sistematizado, mas como uma atividade cotidiana, reconhecida como integrante das relações societárias comuns a todos e, portanto, de responsabilidade coletiva.

Assim, analisar a educação no contexto da luta de classes se torna fundante, seja como instrumento de controle social e dominação cultural por parte da classe dominante e do Estado, como afirma Gramsci (1998), seja como instrumento de tomada de consciência de classe para uma possível emancipação humana e a construção de um processo contra-hegemônico e, conseqüentemente, um novo modelo societário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCALDE, Augusto. **Al Q'adi. Zapatismo y el Círculo Siempre Vivo.** disponível em www.solidaridadesrebeldes.keogados.com.ar.

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Lutas sociais e questões nacionais na América Latina: algumas reflexões.** *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 17/18, p. 64-77, 1º sem. 2006/ 2º sem. 2007.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

CÂMARA, Antonio da Silva. **A crítica intelectual ao movimento indígena-camponês de Chiapas.** Texto para o II Congresso Virtual de Antropologia e Arqueologia, 2000.

CAROLINA, A. G. **La democracia en México: De Chiapas a Distrito Federal.** Bogotá (D.C.): Dissertação de mestrado da Pontificia Universidad Javeriana. 2005.

CODAS, Gustavo. **Retalhos para uma história dos movimentos contra a globalização neoliberal.** In FRATI, Mila (org) *Curso de Formação em Política Internacional.* São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

COLETTI, Claudinei. **Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal.** *Idéias*, n. 9, 2002, p. 49-104.

EZLN. **Demandas políticas, económicas e culturais.** Divulgado através da página virtual do EZLN.

EZLN, CCRI. **Primeira Declaração da Selva Lacandona.** GENNARI, Emilio (org.). Terra e Liberdade! O grito de Zapata corre o mundo. Campinas. Texto digitado, 2000.

GÁNDARA, Miguel Álvarez. **Chiapas: nuevos movimientos sociales y nuevo tipo de conflictos.** In: seoane, José. *Movimientos sociales y conflicto en América Latina.* Buenos Aires: CLACSO, 2004, pp. 103-125.

GENNARI, Emilio. **Chiapas: as comunidades zapatistas reescrevem a história.** Rio de Janeiro, Achiamé, 2002.

GINDIN, Julián. **Movimento Sindical no México.** Revista múltiplas leituras, v. 2, n. 1, p. 167-188, jan./jun. 2009.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **A construção de alternativas.** Em publicação: Encarte CLACSO. Cadernos da América Latina No. 4. São Paulo : CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais. Maio 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/cuadernos/br/cuatro.pdf>, acessado em 27/09/2010.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KRAUZE, Enrique. **Emiliano Zapata : el amor a la tierra**. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1987.

LEMOINE, Maurice. **Le progress des gauches en Amérique Latine: gouvernements, mouvements sociaux et luttes indigènes**. *Actuel Marx*, n. 42, Dossier L'Amérique Latine en lutte, hier & aujourd'hui, 2007, p. 111-125.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. Conceição Jardim et al. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

MENDES, C.F. **Pra Solettrar A Liberdade, As Propostas Educacionais Dos Zapatistas No México E Dos Sem-Terra No Brasil**; (dissertação de mestrado) PUC, SP. 2003;

MONTOYA, R. **O problema étnico e o socialismo na época de Mariátegui**, 1964.

NOGUEIRA, Alexandre P. F. **RESISTÊNCIA AO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA: O movimento indígena e o caso do EZLN – México**. Encontro de Geógrafos da América Latina. CD Rom ANAIS, 2009.

ORSO, P. J. (Org.). **Educação e Lutas de Classes**. 1. ed. São Paulo/SP: Expressão Popular, 2008.

QUIJANO, Aníbal. **El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?** *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, vol 10, n. 1, 2004, p. 75-97.

ROCKWELL, Elsie. La apropiación, un proceso entre muchos que ocurren en ámbitos escolares. Em: **Anuario de la Sociedad Mexicana de Historia de la Educación**. N°1, 2005, pp. 28-38.

RODRÍGUEZ, E. La agudización de los problemas agrarios en Chiapas durante la década de los 80. In: PALACIO, L. H., SANDOVAL, J. M. (Orgs.). **El redescubrimiento de la frontera Sur**. México: Ancien Regime, 1989.

SACK, R. D. **Human territoriality: its teory and history**. Cambridge University Press, 1986.

SILVESTRE, W.S. **EZLN: MANDAR OBEDECENDO**. Tese de Mestrado - Universidade Estadual de Londrina: Jul.2003.

TRAMONTANI RAMOS, Tatiana. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe**. *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y El Caribe*. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003